

# EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA E ELETRONEUROMIOGRAFIA

### **PREÂMBULO**

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) nº 094/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 148/2018

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/12/2018

HORÁRIO: 09:00 horas

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal - Divisão de Licitações e Contratos,

situado na Praça Washington Luiz, 643 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP

O Prefeito do Município de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, Sr. Amarildo Duzi Moraes, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO (Presencial), do tipo MENOR PREÇO - Processo Administrativo nº 148/2018, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a contratação de empresa ou profissional especializado para a realização de exames de tomografia computadorizada e eletroneuromiografia (remanescentes do PP 078/2018), para o Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.342, de 30 de novembro de 2005 e Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018), aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala da Divisão de Licitações e Contratos, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Washington Luiz, 643 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP, iniciando-se no dia 04/12/2018 às 09:00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2018, que poderão ser suplementadas se necessário, assim relacionadas:

CÓDIGO REDUZIDO: 000266 - 02.02.20 (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) - 10.122.0017 (ADMINISTRAÇÃO GERAL) - 2.051 (MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE) - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0310 (0310) (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA).



#### I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa ou profissional especializado para a realização de exames de tomografia computadorizada e eletroneuromiografia (remanescentes do PP 078/2018), para o Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no ANEXO I, que integra este Edital.

### II - DA PARTICIPAÇÃO:

- 1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes deste Edital.
- 2 Não será permitida a participação:
- 2.1 De interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução; liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial (ressalvado os casos previstos nos itens VI, 1.3, b1, b2 e b3 deste edital);
- 2.2 De interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- 2.3 De sociedades empresárias consorciadas.
- 3 A participação nesta licitação implica no atendimento ao preenchimento de todas as condições de habilitação e requisitos da proposta.

### III - DO CREDENCIAMENTO

- 1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de **Pessoa Física**, no caso de comparecer ao certame o próprio profissional, será feita através da apresentação da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto e no caso de procurador, este deverá apresentar o Instrumento de Procuração, no qual esteja declarado expressamente ter poderes para representar o proponente, acompanhado da cédula de identidade ou outro documento equivalente com foto;
- b) tratando-se de representante legal de **Pessoa Jurídica**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b.1) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "b", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.
- d) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances



verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

- e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.
- f) Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.
- 1.2 Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:
- a) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo II** deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes  $n^{\circ}$ . 1 (Proposta) e  $n^{\circ}$ . 2. (Habilitação).
- 1.3 As licitantes deverão apresentar, FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2. (Habilitação), para fins de comprovação que se encontram enquadradas nas condições de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, 01 (um) dos seguintes documentos:
- a) Certidão de Enquadramento (ME ou EPP), expedida pela Junta Comercial do seu Estado, caso exerçam atividade comercial;
- b) Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas caso atuem em outra área que não a comercial.
- c) Declaração elaborada, preferencialmente em papel timbrado, e subscrita por seu representante legal de que a licitante se enquadra na condição de <u>Micro Empresa</u>, <u>Empresa de Pequeno Porte ou equiparadas</u>, <u>nos termos do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06</u> que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital.

### IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope n.º 1 - Proposta Pregão Presencial n.º 094/2018 Processo Administrativo n.º 148/2018 Denominação da empresa: Endereço/Fone/e-mail da empresa: CNPJ: Envelope n.º 2 - Habilitação Pregão Presencial n.º 094/2018 Processo Administrativo n.º 148/2018 Denominação da empresa: Endereço/Fone/e-mail da empresa: CNPJ:

- 2 A proposta deverá ser elaborada com a identificação completa do proponente, de preferência em papel timbrado, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração, utilizar-se do Modelo de Proposta constante no **Anexo V** deste edital.
- 3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou



cópia simples acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

#### V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 1 O Envelope nº 01 "Proposta", deverá conter a proposta propriamente dita, que deverá ser apresentada nas seguintes formas:
- a) nome, endereço, CNPJ (pessoa jurídica), CPF (pessoa física) e inscrição estadual ou municipal;
- b) número do processo e do Pregão;
- c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência **Anexo I** deste Edital;
- d) preço unitário e total, por item e por lote, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso (admitindo-se no máximo duas casas decimais após a vírgula), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes de pacientes (licitantes sediados em outras cidades), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- 2 Não será admitida cotação inferior à quantidade total prevista para cada lote no  $\bf Anexo~I$  neste Edital. Não é obrigatória a participação em todos os lotes.
- 3 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 4- Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.
- 5 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 6 O preço ofertado é fixo e irreajustável pelo período de 12 meses; para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.
- 7 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

### VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - Para a habilitação todos licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a Documentação Completa, na seguinte conformidade:

## PESSOA JURÍDICA

### 1.1 - PROVA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:



- a) Registro comercial, no caso de tratar-se de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.1.1 Os documentos relacionados "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante.
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.
- h) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- h.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- h.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei Federal n°. 10.520/02.



### 1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- b.2) Para o caso de empresas em recuperação judicial: Declaração que está ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- b.3) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: Declaração que está ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;
- c) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" e "b" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

### 1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração formal sob as penas cabíveis, informando a existência de prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), que possui Licença de Funcionamento devidamente expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município, para o exercício de atividades médicas, bem como a disponibilidade dos equipamentos e profissionais qualificados necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, com a indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica responsáveis pela realização dos serviços, conforme modelo contido no **Anexo VI**.
- b) O comprovante de especialidade clínica deverá ser apresentado pelo vencedor do certame como condição para assinatura do contrato.

### 1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo III**;
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes descentralizados, conforme modelo **Anexo IV**.
- c) Ficha contendo todos os dados cadastrais da empresa e do representante legal, conforme modelo contido no Anexo XII. A não apresentação deste documento não ensejará a Inabilitação do licitante, podendo esta ficha ser apresentada posteriormente para formulação do contrato.



### PESSOA FÍSICA

### 1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de Identidade (RG);

### 1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade (Alvará);
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

## 1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração formal sob as penas cabíveis, informando a existência de prova de inscrição ou registro da profissional junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), que possui Licença de Funcionamento devidamente expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município, para o exercício de atividades médicas, bem como a disponibilidade dos equipamentos e profissionais qualificados necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, com a indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica responsáveis pela realização dos serviços, conforme modelo contido no **Anexo VI**.
- b) O comprovante de especialidade clínica deverá ser apresentado pelo vencedor do certame como condição para assinatura do contrato.

## 1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo III**;
- b) Declaração elaborada pelo licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ou qualquer de seus entes descentralizados, conforme modelo **Anexo IV**.
- c) Declaração do número de Cadastro Individual do INSS ou do PIS/PASEP em atendimento ao Decreto n $^{\circ}$  2.813 de 20 de outubro de 1998, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo X**.
- d) Ficha contendo todos os dados cadastrais da empresa e do representante legal, conforme modelo contido no **Anexo XIII. A não apresentação deste documento não ensejará a Inabilitação do licitante, podendo esta ficha ser apresentada posteriormente para formulação do contrato.**

### 2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

2.1 - É facultada às licitantes - **pessoa jurídica** - a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto à Administração Municipal,



expedido pelo Setor de Licitações e Contratos, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2 alíneas "a" a "d", e 1.3 deste item VI, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou se, apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

- 2.1.1 O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alínea "b" a "g", 1.4 e 1.5 deste item VI, que deverão ser apresentados por todos os licitantes.
- 2.2 É facultada às licitantes **pessoa física** a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto à Administração Municipal, expedido pelo Setor de Licitações e Contratos, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2 alíneas "a" a "d" deste item VI, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou se, apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.
- 2.2.1 O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alínea "b a d", 1.3 e 1.4 deste item VI, que deverão ser apresentados por todos os licitantes.
- 2.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 2.4 Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 2.5 Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 2.6 Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante;
- 2.7 O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

### VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.
- 2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo II** ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.



- 3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- c) que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.
- 3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 3.3 Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.
- 4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 4.1 Para efeito de seleção será considerado o menor **preço do lote**.
- 5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindose por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de 1% (um por cento) entre os lances, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.
- 7 Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.
- 8 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.



- 9 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 11 Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada por empate ficto.
- 12 Para efeito do subitem anterior, ocorrendo o empate ficto, será adotado o seguinte procedimento:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço.
- b) não sendo classificada em primeiro lugar microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12 alínea "a", serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 11, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa e empresas de pequeno porte que se enquadram no percentual estabelecido no subitem 11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor.
- d) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo Pregoeiro, para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos sob pena de preclusão.
- e) na hipótese de não-contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- f) o disposto no subitem 11 somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 13 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 14 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço unitário, decidindo motivadamente a respeito.
- 15 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 16 Considerada aceitável a oferta de **menor preço do lote**, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 17 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.



- 18 A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 19 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 20 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 2.1 da cláusula VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro de Fornecedores da Administração Municipal.
- 21 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 22 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- 1 Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente neste órgão para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 2 Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente (Prefeito Municipal).
- 3 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 4 Os recursos devem ser protocolados na Divisão de Licitações do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizada na Praça Washington Luiz, 643, Centro, Vargem Grande do Sul, dirigidos ao Chefe do Executivo. Não será aceito recurso por e-mail ou fax.
- 5 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à autoridade competente homologar o certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura do Contrato.
- 6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora, homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do contrato.

## IX - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO



- 1 O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com o Termo de Referência **Anexo I** e contrato, conforme minuta **Anexo VIII**.
- 2 Os exames deverão serem realizados após agendamento feito pelo Departamento de Saúde, através da Central que fará contato com a Contratada por e-mail e/ou telefone conforme disposições contidas no **Anexo I**.
- 4 O prazo do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração, nos termos da legislação vigente.

#### X - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Saúde, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante o encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura ou recibo (RPA) dos serviços prestados no mês anterior.
- 2 O recebimento definitivo será dado, mensalmente, em até 02 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços de cada mês.
- 3 As notas fiscais/faturas ou recibos (RPAs) que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 10(dez) dias após a data de sua apresentação válida.
- 4 Conforme norma interna do Departamento Financeiro, os pagamentos aos fornecedores ocorrerão somente nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sendo assim, caso a data de vencimento da nota fiscal não coincida com este dia, a mesma será quitada na primeira data após o vencimento ou primeiro dia útil subseqüente em casos de feriado ou ponto facultativo.
- 5 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A e/ou Caixa Econômica Federal. Em casos específicos, em cheque, sendo vedada a emissão de boleto bancário.
- 6 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento por problemas de falta de orçamento, o valor devido desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento será atualizado financeiramente, adotando-se como índice oficial o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), calculado pro-rata, sem a adição de juros ou multas.
- 7 Não será considerado atraso no pagamento, as retenções efetuadas em virtude da aplicação do Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018).

## XI - DA CONTRATAÇÃO

- 1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO VIII** do presente ato convocatório. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer dos tópicos do contrato no ato de sua assinatura, haja vista que guardam absoluta conformidade com a minuta, parte integrante deste Edital.
- 1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando



nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 2 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Setor de Licitações e Contratos, para assinar o termo de contrato munida dos seguintes documentos:
- 2.1 Relação das instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, conforme detalhamento a seguir:
- 2.1.1 Especificação da área e localização do consultório ou clínica onde a licitante presta ou prestará os serviços.
- 2.1.2 Especificação detalhada (identificar marca e modelo) dos equipamentos necessários para realização dos serviços, com declaração expressa de sua disponibilidade e localização.
- 2.2 Comprovação de possuir em seu quadro permanente os profissionais relacionados no edital, os quais foram indicados na fase de habilitação do certame, com as devidas provas de inscrições na entidade profissional competente, e os respectivos diplomas reconhecidos pelas entidades profissionais competentes.
- 2.3 Diploma dos Médicos registrados no C.R.M. e Títulos e Especialistas, reconhecidos pelos órgãos competentes;
- 2.4 Apresentação de **Licença de Funcionamento** devidamente expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município, para o exercício de atividades médicas.
- 2.5 Em caso de substituição de algum profissional no quadro da contratada, esta ficará obrigada a apresentar os documentos no item 2.2 e 2.3, para o conhecimento e arquivamento do Departamento de Saúde.
- 3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XI, não apresentar os documentos solicitados nos subitens 2.1 a 2.5, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública, com vistas à celebração da contratação.
- 4 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados da data de emissão da ordem de serviço pelo Departamento de Saúde, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Artigo 57-II da Lei 8666/93.

### XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo  $7^{\circ}$  da Lei federal  $n^{\circ}$  10.520, de 17 de julho de 2002.



- 2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art., 87 da Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018), garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.
- 3 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, inclusive com relação ao atraso na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7° da Lei 10.520/02, poderão ser a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração Municipal.
- 3.1 Advertência por escrito;
- 3.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;
- 3.3 Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;
- 3.4 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:
- I Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- ${\tt II}$   ${\tt Multa}$  correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 3.5 Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos).
- 3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATATE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no sub-item anterior;
- 3.7 Será propiciada a defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elevadas nos itens procedentes.
- 3.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.
- 4 Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.
- 5 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas estão previstas no artigo 87 da Lei Federal n.8.666/93 e alterações posteriores.

### XIII - DA GARANTIA CONTRATUAL



1 - Não será exigida a prestação de garantia financeira do contrato nos termos do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, contudo, a Contratada deverá garantir os serviços realizados de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes.

### XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinatura devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes foram abertos na sessão, bem como as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 4 O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E.
- 5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.
- 6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos ao final da sessão.
- 7 Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 7.1 As impugnações somente serão aceitas em vias originais protocoladas na Divisão de Licitações e Contratos, conforme artigo 41 \$1°, da Lei 8.666/93. Não serão aceitas impugnações por e-mail ou fax.
- 7.2 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 dia útil anterior a data fixada para recebimento das propostas.
- 7.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- $8\,$  A apresentação de proposta implica no perfeito entendimento do objeto licitado e aceitação pelo proponente de todos os termos deste Edital.
- 9 O licitante vencedor somente poderá emitir Nota Fiscal e/ou R.P.A., após a emissão da Nota de Empenho respectiva.
- 10 À Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul fica reservado o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado.
- 11 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.



- 12 Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:
- I Termo de Referência;
- II Declaração de Pleno Atendimento
- III Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;
- IV Declaração de inexistência de impedimento legal;
- V Modelo de Formulário Proposta;
- VI Modelo de declaração de qualificação técnica;
- VII Modelo de declaração de Microemprensa ou Empresa de Pequeno Porte;
- VIII Minuta do Contrato;
- IX Termo de Ciência e Notificação;
- X Declaração do nº de inscrição no cadastro individual do INSS ou
- PIS/PASEP (somente pessoas físicas);
- XI Modelo de Credenciamento;
- XII Modelo de ficha cadastral Pessoa Jurídica;
- XIII Decreto Municipal n° 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018);
- XIV Decreto Municipal n° 4.700, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018);
- 13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo.

Vargem Grande do Sul, 14 de novembro de 2018.

Amarildo Duzi Moraes Prefeito Municipal



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES

## 1. INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA

- 1.1. Devido a existência de demanda reprimida de exames de tomografia computadorizada e eletroneuromiografia na rede pública de saúde, visto que tais procedimentos não são oferecidos pelo Hospital de Caridade da cidade e a referência SUS regional não é suficiente, se torna necessária e indispensável a contratação destes serviços.
- 1.2. Os pacientes que necessitam destes serviços são pessoas de pequeno poder aquisitivo e não podem pagar pelo transporte para outras localidades a fim de realizarem dos exames. Sendo assim, por razões de interesse público, caso o licitante vencedor não esteja devidamente instalado em edificações prediais localizadas no perímetro urbano deste município, o mesmo deverá se responsabilizar pelo transporte dos pacientes, arcando com todos os custos de viagem de ida e volta até seu estabelecimento.
- 1.2.1. Consideramos que esta exigência não é restritiva levando em conta que as empresas de outras localidades interessadas em contratar com o poder público deverão incluir os custos de transporte de pacientes em sua composição de preços.

### LOTE 1

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivando a contratação de empresa ou profissional especializado para a realização de 240 exames de tomografia com fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada para o Departamento Municipal de Saúde.

### LOTE 1

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS               | QUANTIDADE |
|------|--------------------------------------|------------|
| 1    | Exame de tomografia computadorizada. | 240        |

### 2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

- 2.1. Para atender a essas necessidades, os exames serão realizados durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.
- 2.2. A quantidade anterior licitada não foi suficiente para agendar todos os pedidos, continuando assim com grande número de pacientes aguardando pelo agendamento. Além das solicitações dos exames que não param de chegar.

## 3. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E PRAZOS

3.1. A Contratada deverá iniciar os trabalhos após a assinatura do contrato, fornecimento da documentação necessária e recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor de Compras e Licitações.

### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deverá executar os serviços cumprindo fielmente o agendamento de pacientes efetuado pelo Departamento de Saúde.



- 4.2. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à Contratante ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a Contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 4.3. A Contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social ou quaisquer outros encargos previstos em lei, devendo comprovar esta regularidade mensalmente à fiscalização, mediante fornecimento das guias ou documentos de quitação, o que poderá se dar através de fotocópias autenticadas, sob pena de suspensão dos eventuais pagamentos, até a apresentação da referida documentação.
- 4.4. Nos casos onde não for possível a empresa vencedora entregar o laudo diretamente ao paciente, esse deverá ser entregue na Central de Regulação da Contratante, que se responsabilizará por comunicar o paciente e entregar o resultado, respeitando sempre o prazo máximo de 5 (cinco) dias após sua realização.
- 4.5. Todos os laudos deverão ser assinados pelo responsável.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Fiscalizar o serviço mencionado neste Termo, adotando as providências necessárias.
- 5.2. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a Contratada.
- 5.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.
- 5.4. O Departamento de Saúde, através da Central de Regulação, fará contato via e-mail ou telefone com a empresa CONTRATADA, que terá no máximo 10 (dez) dias para agendar e realizar o exame. No caso de exames de Urgência, o Departamento de Saúde carimbará a guia expedida pelo médico e a realização deverá ocorrer em no máximo 3 (três) dias, dependendo da urgência.

### 6. DA EXECUÇÃO

### 6.1. ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

- Os serviços serão prestados pela Contratada aos pacientes da Rede Pública Municipal de Saúde;
- Realizar exames com finalidade Diagnóstica ;
- A contratada deverá assumir a responsabilidade pelo zelo e manutenção permanente da infra-estrutura física dos equipamentos, para que se tenho como resultado o bom funcionamento dos mesmos, o uso adequado dos materiais e boa qualidade dos serviços prestados;
- Emitir relatórios mensais dos serviços prestados para conferência de Nota Fiscal;
- Realizar os procedimentos para os quais se contratou sem cobrança de qualquer valor adicional necessários à boa assistência aos usuários do SUS;



- Fornecer os medicamentos necessários ao preparo do exame.
- A contratada deverá cobrir o risco de falhas na Prestação de Serviços, sob pena de repetição dos mesmos, sem ônus para a contratante e dentro do prazo determinado;
- O período de entrega de resultados deverá ser o máximo de 05 dias após a realização do exame, sendo o Laudo já incluso no valor do exame;
- Os Laudos deverão ser entregues aos Pacientes, datados, carimbados e assinados pelo Médico responsável pelo exame;
- Ocorrerá o pagamento somente dos exames realizados de acordo com a autorização do Diretor Municipal de Saúde;

### 7. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Saúde, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante o encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura ou recibo (RPA) dos serviços prestados no mês anterior.

#### LOTE 02

#### 1. OBJETO:

1.1 - Contratação de empresa especializada para realização de exames de Eletroneuromiografia, em membros inferiores e superiores, com laudo, pelo período de 12 meses.

### 2. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO:

### LOTE 2

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                      | QUANTIDADE |
|------|---|------------|
| 2    | Exame de Eletroneuromiografia em membros superiores         | 40         |
| 2    | (direito e esquerdo), com laudo.                            | 40         |
| 2    | Exame de Eletroneuromiografia em membros inferiores         | 20         |
| 3    | (direito e esquerdo), com laudo.                            | 20         |
|      | Exame de Eletroneuromiografia em membros superiores         |            |
| 4    | (direito e esquerdo) e inferiores (direito e esquerdo), com | 20         |
|      | laudo.  |            |

### 3. PRAZO DE VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Instrumento Contratual, podendo o mesmo ser prorrogado na forma da lei;

### 4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- 4.1 O Departamento de Saúde, através da Central de Regulação, fará contato via e-mail ou telefone com a empresa CONTRATADA, que terá no máximo 10 (dez) dias para agendar e realizar o exame. No caso de exames de Urgência, o Departamento de Saúde carimbará a guia expedida pelo médico e a realização deverá ocorrer em no máximo 3 (três) dias, dependendo da urgência.
- 4.2 Nos casos onde não for possível a empresa vencedora entregar o laudo diretamente ao paciente, esse deverá ser entregue na Central de Regulação da



Contratante, que se responsabilizará por comunicar o paciente e entregar o resultado, respeitando o prazo máximo de 10 (dez) dias após a sua realização, salvo os casos que por motivos técnicos esse prazo seja inviável.

- 4.3 Todos os laudos deverão ser assinados pelo responsável pela execução do exame.
- 4.4 Deverá ser remetida à Central de Regulação do Departamento de Saúde, pela empresa vencedora, uma via da requisição de exames efetuados, bem como, relatório constando os pacientes que faltaram no agendamento.
- 4.5 Os exames prestados de forma incorreta, não serão aceitos pela Secretaria de Saúde e deverão ser refeitos utilizando-se de equipamentos e técnicas necessárias.
- 4.6 Eventuais reclamações dos usuários na prestação dos serviços ora contratados serão registradas, sendo os casos revistos e julgados pela Secretaria Municipal de Saúde, com direito à defesa da empresa;

### 5. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA VENCEDORA:

- 5.1 A empresa vencedora ficará responsável pela indenização de eventuais danos causados ao paciente, a terceiros e a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe assegurado o direito de regresso;
- 5.2 A fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Secretaria de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais normas legais pertinentes;
- 5.3. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14, da Lei n.º 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 6. DAS NORMAS GERAIS:

6.1. É de responsabilidade exclusiva e integral da empresa vencedora o emprego de recursos humanos para execução dos serviços, objeto deste Edital, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou de contrato de prestação de serviço, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação desses serviços não implica na criação de vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a Prefeitura e a empresa vencedora;

## 7. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Saúde, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante o encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura ou recibo (RPA) dos serviços prestados no mês anterior.



## PLANILHA QUANTITATIVA

## LOTE 1

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS               | QUANTIDADE |
|------|--------------------------------------|------------|
| 1    | Exame de tomografia computadorizada. | 240        |

## LOTE 2

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                      | QUANTIDADE |
|------|---|------------|
| 2    | Exame de Eletroneuromiografia em membros superiores         | 40         |
| 2    | (direito e esquerdo), com laudo.                            | 40         |
| 2    | Exame de Eletroneuromiografia em membros inferiores         | 00         |
| 3    | (direito e esquerdo), com laudo.                            | 20         |
|      | Exame de Eletroneuromiografia em membros superiores         |            |
| 4    | (direito e esquerdo) e inferiores (direito e esquerdo), com | 20         |
|      | laudo.  |            |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

| Eu (no                | ome completo), RG n°, representante legal da           |
|-----------------------|--|
|                       | (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº.             |
|                       | RO, sob as penas da lei, que esta empresa cumpre       |
| <u> </u>              | ncias e os requisitos de habilitação previstos no      |
| -                     | ório do Pregão nº. 094/2018, realizado pela Prefeitura |
| Municipal de Vargem   | Grande do Sul, inexistindo qualquer fato impeditivo de |
| sua participação nest | e certame.   |
|                       |  |
|                       |  |
|                       | Local e data.  |
|                       |  |
|                       |  |
|                       |  |
|                       |  |
|                       |  |
|                       |  |
|                       | Assinatura do representante legal da empresa           |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório, Pregão n.º 094/2018, da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, declaro, sob as penas da lei, que nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica), encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data.

| Assinatura | do | representante | legal | da | empresa |
|------------|----|---------------|-------|----|---------|



Nome:

C.P.F.:

# Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul Departamento de Licitações e Compras

# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

Declaramos a inexistência de impedimento legal desta empresa para licitar ou contratar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes descentralizados, sobretudo referente ao Pregão n.º 094/2018, da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul

Declaro ainda, que caso lhe seja adjudicado algum lote, segue abaixo a identificação da pessoa que irá assinar o contrato.

RG:

| Endereço Res:<br>Cidade:<br>Qualificação: |                         | Bairro:<br>UF:        |
|---|-------------------------|-----------------------|
|   |                         |                       |
|   | Local e data.           |                       |
|   |                         |                       |
|   | Assinatura do represent | ante legal da empresa |

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)



## EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018

### ANEXO V

## PROPOSTA DE PREÇO

| Denomi              | nação da                       | Propo             | nente:   |            |                           |                |
|---------------------|--------------------------------|-------------------|--|------------|---------------------------|----------------|
| Endered             | ço:                            |                   |  |            |                           |                |
| Cep:                |                                |                   | Fone:  | Fa         | x:                        |                |
| CNPJ:               |                                |                   | Incr. Estadual   | Da         | ta:                       |                |
| indica<br>neste     | ção bast<br>certame            | ante d            | a simples apresentação dest<br>le que inexistem fatos que im<br>de que a mesma não foi dec<br>nistração Pública.               | npeçam a p | participação              | o da licitante |
| <b>094/20</b> quais | 18, pro<br>concord<br>fornecim | movido<br>lamos   | s condições estipuladas no pela Prefeitura Municipal irrestritamente, passamos a os produtos abaixo:                           | de Varge   | m Grande d                | o Sul, com as  |
| Item                | Quant                          | Unid              | Especificação  | Marca      | Preço Unit                | Preço Total    |
|                     |                                |                   |  |            |                           |                |
| Valor               | unitário j                     | por exte          | enso:  | <u> </u>   |                           |                |
| Valor               | total por                      | extenso           | ):   |            |                           |                |
| LOTE 2              | 1                              |                   |  |            |                           |                |
| Item                | Quant                          | Unid              | Especificação  | Marca      | Preço Unit                | Preço Total    |
|                     |                                |                   |  |            |                           |                |
| Valor               | unitário j                     | por exte          | enso:  | 1          | •                         |                |
| Valor               | total por                      | extenso           | ):   |            |                           |                |
| b) Pra              | zo de va                       | lidade            | a: (Conforme E   | (mínimo 6  |                           |                |
|                     |                                |                   | enas da lei, que os produ<br>das no Anexo I - Termo de Ref   |            | rtados aten               | dem todas as   |
| custos<br>despes    | , como j<br>as, dir            | por exe<br>etas c | os apresentados contemplam, a<br>emplo: transportes, tributos<br>ou indiretas, relacionadas o<br>necessárias à completa execuç | de quale   | quer nature<br>rnecimento | za e todas as  |
| Local_              |                                |                   | DATA:  | /          | /                         | 2018.          |
|                     |                                |                   |  |            |                           |                |



## EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018

### ANEXO VI

## DECLARAÇÃO SOBRE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

| Empresa/Nome:   |  |
|---|--|
| Endereço completo:  |  |
| Fone/Fax:   |  |
|   |  |
| Eu, (nome completo), representant jurídica e CNPJ), interessada em parti nº. 094/2018 da Prefeitura Municipal destrito cumprimento ao previsto no edit qualificação técnica para executar o momento da assinatura do Contrato será registro da empresa junto ao Conselho R a Licença de Funcionamento devidamente Estado ou do Município, para o exerc também a disponibilidade dos segui qualificados necessários ao cumprimento | de Vargem Grande do Sul, DECLARA em cal da licitação em epígrafe, possuir objeto do presente edital e que no apresentada a prova de inscrição ou egional de Medicina (CRM), assim como expedida pela Vigilância Sanitária do ício de atividades médicas. DECLARA ntes equipamentos e profissionais |
| Equipamentos:   |  |
| Indicação e qualificação de cada u<br>responsáveis pela realização dos serviço  |  |
|   |  |
|   |  |
|   |  |
| Data:/2018.   | Assinatura do representante legal/procurador   |
|   |  |

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)



## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO VII

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRENSA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

|                 | (nome da      | empresa), (  | qualificaçã | o: tipo   | de socieda | ade (Ltda, |
|-----------------|---------------|--------------|-------------|-----------|------------|------------|
| S/A, etc.), en  | ndereço compl | eto, inscri  | ta no CNPJ  | sob o     | n.(xxxx),  | neste ato  |
| representada pe | elo (cargo) ( | nome do rep  | resentante  | legal), p | ortador d  | a Carteira |
| de Identidade   | n.(xxxx), ir  | nscrito no ( | CPF sob o   | n. (xxxx  | ), DECLAR  | A, sob as  |
| penalidades da  | lei, que s    | e enquadra   | como Micro  | empresa,  | Empresa d  | de Pequenc |
| Porte ou equipa | aradas, nos t | termos do ar | t. 3° da Le | ei Comple | mentar n.  | 123 de 14  |
| de dezembro de  | 2006.         |              |             |           |            |            |

| Nome e | Assinatura | do | representante | legal |
|--------|------------|----|---------------|-------|
|        |            |    |               |       |
|        |            |    |               |       |

Local e data



### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO VIII

## (MINUTA DO CONTRATO)

|   | MINUTA DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE  |
|---|---|
|   | EMPRESA   |
| CONTRATO N.°/2018   |   |
| CONTRATANTE e assim simplesmente dend<br>VARGEM GRANDE DO SUL, com sede na Pra<br>Grande do Sul - SP, inscrita no CNPJ<br>representada pelo Prefeito Municipa<br>casado, portador de cédula de id | forma de direito, de um lado como ominada de ora em diante, o <b>MUNICÍPIO DE</b> aça Washington Luiz, 643 - Centro, Vargem sob o n.º 46.248.837/0001-55, neste ato al, <b>AMARILDO DUZI MORAES</b> , brasileiro, lentidade RG n.º e CPF n.º do à Rua, n.º, |
| , na cidade de Vargem Gra<br>outro lado como <b>CONTRATADA</b> , e assim s<br>a empresa   | nde do Sul, estado de São Paulo, e de simplesmente denominada de ora em diante, ., com sede à, n.º, PJ sob o n.º, Inscrição   |
| Estadual, neste ato n, port e CPF n.°   | representado pelo sócio proprietário,<br>tador de cédula de identidade RG n.º<br>, residente e domiciliado à<br>resolvem firmar o presente contrato   |
| decorrente do Pregão Presencial n.º   | 094/2018, regido pela Lei Federal n.º<br>nediante cláusulas e condições a seguir  |
| CLÁUSULA PRIMEIRA   | A - DO OBJETO E PREÇO   |

1.1 - Constitui objeto deste contrato a realização de exames de tomografia computadorizada e eletroneuromiografia, para o Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, de acordo com o Edital do Pregão Presencial n.º 094/2018, conforme características e quantidades a seguir descritas:

## LOTE 1

| Item                        | Quant | Unid | Especificação | Marca | Preço Unit | Preço Total |  |  |  |  |  |
|-----------------------------|-------|------|---------------|-------|------------|-------------|--|--|--|--|--|
|                             |       |      |               |       |            |             |  |  |  |  |  |
| Valor unitário por extenso: |       |      |               |       |            |             |  |  |  |  |  |
| Valor total por extenso:    |       |      |               |       |            |             |  |  |  |  |  |

### LOTE 2

| Item | Quant | Unid | Especificação | Marca | Preço Unit | Preço Total |
|------|-------|------|---------------|-------|------------|-------------|
|      |       |      |               |       |            |             |



Valor unitário por extenso:

Valor total por extenso:

- 1.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao artigo 65,  $\$1^\circ$  da Lei Federal n. $^\circ$  8.666/93 e as supressões acima do percentual citado, mediante acordo entre as partes.
- 1.3 Os valores serão reajustados observada a variação do IPC-A (IBGE), após decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, em hipótese de prorrogação contratual.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

- 2.1 Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:
- I Edital de PREGÃO nº 094/2018 e seus anexos.
- II Proposta da CONTRATADA.
- III Relação das instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação.
- 2.2 Os documentos mencionados nesta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.
- 2.3 Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Saúde, O MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez), mediante o encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados no mês anterior e o termo de recebimento definitivo, à Tesouraria.
- 3.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.
- 3.3 Conforme norma interna do Departamento Financeiro, os pagamentos aos fornecedores ocorrerão somente nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sendo assim, caso a data de vencimento da nota fiscal não coincida com este dia, a mesma será quitada na primeira data após o vencimento ou primeiro dia útil subsequente em casos de feriado ou ponto facultativo.
- 3.4 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento por problemas de falta de orçamento, o valor devido desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento será atualizado financeiramente, adotando-se como índice oficial o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), calculado pro-rata, sem a adição de juros ou multas.



- 3.5 Não será considerado atraso no pagamento, as retenções efetuadas em virtude da aplicação do Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018).
- 3.6 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A e/ou Caixa Econômica Federal. Em casos específicos, em cheque, sendo vedada a emissão de boleto bancário.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência deste contrato será de doze meses contados da data da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos na forma da lei, prevista no Artigo 57-II, da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

## CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1 O recebimento definitivo, aceitação e fiscalização do objeto deste contrato serão feitos por servidores designados pelo Departamento de Saúde. O recebimento definitivo será dado, mensalmente, em até 02 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços de cada mês.
- 5.2 O Departamento de Saúde, através dos servidores designados, poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservandose o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA corrigir as eventuais falhas imediatamente.
- 5.3 Cabe ao Município, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços, sem prejuízo da obrigação da contratada fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, podendo o fiscal do contrato rejeitar no todo ou em parte os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado no contrato.
- 5.4 A Contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.
- 5.5 A existência e a atuação da fiscalização do Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à perfeita execução dos serviços e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.
- 5.6 Para efeito de emissão de fatura, o Município confirmará a realização dos serviços, no último dia útil do mês, em formulário próprio.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:
- I Efetuar o pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato.
- II Apresentar, sempre que solicitado, durante a vigência do contrato, documentos que comprovem o fiel cumprimento à legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos



- sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- III Prestar os serviços objeto deste contrato, em conformidade com os requisitos do edital. Caso a Contratada não esteja devidamente instalada em edificações prediais localizadas no perímetro urbano deste município, a mesma deverá se responsabilizar pelo transporte dos pacientes, arcando com todos os custos de viagem de ida e volta até seu estabelecimento.
- IV Tratar os pacientes com todo respeito e dedicação.
- Responsabilizar-se, pela conservação e manutenção preventiva e corretiva do(s) equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços.
- VI Fiscalizar o trabalho de sua equipe técnica, garantindo o fiel cumprimento da legislação pertinente.
- VII Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do PREGÃO nº 094/2018, durante a vigência deste contrato.
- VIII Somente iniciar a execução dos serviços deste Contrato após receber a "Ordem de Serviço" emitida pelo Departamento de Saúde, obedecendo sempre os prazos estabelecidos para agendamento e entrega do laudo, conforme Anexo I do edital - Termo de Referência/Folheto Descritivo.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7-1 Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:
- I Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato.
- II Fiscalizar a execução do objeto deste contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário.
- III Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
- IV Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações de usuários.
- V Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no contrato.
- VI Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.
- VII Emitir as ordens de serviço.
- VIII O Departamento de Saúde, através da Central de Regulação, fará contato via e-mail ou telefone com a empresa CONTRATADA, que terá no máximo 10 (dez) dias para agendar e realizar o exame. No caso de exames de Urgência, o Departamento de Saúde carimbará a guia expedida pelo



médico e a realização deverá ocorrer em no máximo 3 (três) dias, dependendo da urgência

7-2 - As "Ordens de Serviço", exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício cabendo ao Departamento de Saúde expedi-las.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 8.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo  $7^{\circ}$  da Lei federal  $n^{\circ}$  10.520, de 17 de julho de 2002.
- 8.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art., 87 da Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018), garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.
- 8.3 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, inclusive com relação ao atraso na realização dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7° da Lei 10.520/02, poderão ser a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração Municipal.
- 8.3.1 Advertência por escrito;
- 8.3.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;
- 8.3.3 Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;
- 8.3.4 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:
- I Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- II Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 8.3.5 Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos).
- 8.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATATE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no sub-item anterior;
- 8.3.7 Será propiciada a defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elevadas nos itens procedentes.



- 8.3.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.
- 8.4 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas estão previstas no artigo 87 da Lei Federal n.8.666/93 e alterações posteriores.

## CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1 O MUNICÍPIO se reserva o direito de rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:
- I- Quando a CONTRATADA falir, dissolver a sociedade ou modificar a sua finalidade de modo que, a juízo do MUNICÍPIO, prejudique a execução do contrato.
- II Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte o contrato, qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.
- III Quando a CONTRATADA não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das demais obrigações contratuais.
- 9.2 Caso a qualidade dos serviços não corresponda ao que foi ajustado, o contrato será rescindido, sem ônus para o Município, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa e o contraditório.
- 9.3 A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta cláusula, implicará na apuração de perdas e danos, e sujeitará a CONTRATADA a retenção dos créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e na legislação aplicável.
- 9.4 Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do MUNICÍPIO, poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços prestados até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

10.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária do presente exercício financeiro, e será suplementada se necessário. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do presente contrato, as despesas com a prestação de serviços correrão a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza, assim codificadas:

CÓDIGO REDUZIDO: 000266 - 02.02.20 (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) - 10.122.0017 (ADMINISTRAÇÃO GERAL) - 2.051 (MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE) - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0310 (0310) (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA).



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Contrato, perante o Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

| Vargem Grande do Sul, . | de de                                     |
|-------------------------|---|
| PELA CONTRATANTE:       |   |
|                         | Amarildo Duzi Moraes - Prefeito Municipal |
| PELA CONTRATADA:        |   |
|                         | Sócio Proprietário                        |
| TESTEMUNHAS:            |   |
|                         | 1   |
|                         |   |
|                         | 2   |



CONTRATANTE.

# Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul Departamento de Licitações e Compras

## EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO IX TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(A ser formalizado junto com o instrumento contratual)

| CONTRATADO:  |
|--|
| CONTRATO N° (DE ORIGEM):   |
| OBJETO:  |
| ADVOGADO(S) / N° OAB: (*)  |
| · /·   |
| Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:  1. Estamos CIENTES de que:  |
| a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de<br>Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema<br>eletrônico;   |
| b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;   |
| c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; |
| d) Qualquer alteração de endereço - residencial ou eletrônico - ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.  |
| 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:  a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;   |
| b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.   |
| LOCAL e DATA:  |
|  |
| GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:  |
| Cargo:   |
| CPF:RG:  |
| Data de Nascimento:/   |
| Endereço residencial completo:   |
| E-mail institucional   |
| E-mail pessoal   |
| Telefone(s):   |
| Assinatura:  |
| Responsáveis que assinaram o ajuste:   |
|  |
| Pelo CONTRATANTE:  |
| Nome:  |
| Cargo:   |
| CPF: RG: Data de Nascimento://   |
| Ducu uc mudcimenco. / /  |



| Endereço residencial completo: |     |  |
|--------------------------------|-----|--|
|                                |     |  |
| E-mail pessoal                 |     |  |
|                                |     |  |
| Telefone(s):                   |     |  |
| Assinatura:                    |     |  |
|                                |     |  |
| Pela CONTRATADA:               |     |  |
| Nome:                          |     |  |
| Cargo:                         |     |  |
| CPF:                           | RG: |  |
| Data de Nascimento://          |     |  |
| Endereço residencial completo: |     |  |
| E-mail institucional           |     |  |
| E-mail pessoal                 |     |  |
| Telefone(s):                   |     |  |
| Assinatura.                    |     |  |

### Advogado:

 $(\mbox{\tt '})$  Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



# PREGÃO PRESENCIAL N.º 094/2018 DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

| CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul  |
|--|
| CNPJ N°: 46.248.837/0001-55  |
| CONTRATADA:  |
| CNPJ N°:   |
| CONTRATO N°:   |
| DATA DA ASSINATURA:  |
| VIGÊNCIA:  |
| OBJETO:  |
| VALOR (R\$):   |
| Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados. |
| Vargem Grande do Sul - SP, de de 2018.   |
| Amarildo Duzi Moraes   |
| Prefeito Municipal<br>gabinete@ygsul.sp.gov.br   |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO X DECLARAÇÃO

(somente para pessoa física)

| DECLARO,  | sob    | as   | penas   | da   | lei   | е  | par  | a os | de | evid | .os | fins,  | 0   | nι | ímero | de   | min | ha |
|-----------|--------|------|---------|------|-------|----|------|------|----|------|-----|--------|-----|----|-------|------|-----|----|
| inscrição | no no  | Cada | astro 1 | Indi | vidua | al | do : | INSS | ou | do   | ΡI  | S/PASE | P e | em | atend | imer | nto | ao |
| Decreto n | ı° 281 | L3 d | e 20 de | e ou | tubro | d  | e 19 | 98.  |    |      |     |        |     |    |       |      |     |    |
| INSCRIÇÃO | NO I   | INSS | Ν°      |      |       |    |      |      |    |      |     | ou     |     |    |       |      |     |    |
| PIS/PASEP | N° _   |      |         |      |       |    |      |      |    |      |     |        |     |    |       |      |     |    |
|           | Por    | ser  | verdad  | e, f | irmo  | a  | pres | ente | ٠. |      |     |        |     |    |       |      |     |    |
|           | Loca   | l e  | data.   |      |       |    |      |      |    |      |     |        |     |    |       |      |     |    |

### **ASSINATURA**

Nome do Proponente



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO Nº 148/2018 ANEXO XI MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO

|        | Pelo pre        | esente a | empres    | a        |        |          |               |       | , situ    | ıada  | a      |     |
|--------|-----------------|----------|-----------|----------|--------|----------|---------------|-------|-----------|-------|--------|-----|
|        | <del>.</del>    | ,        | , CNPJ r  | n.°      |        |          | , atra        | vés   | de seu .  |       |        |     |
|        | ,               |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        | a PREFE         |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
| n.º 09 | 94/2018,        | Process  | so Admin  | nistrat: | ivo n  | . 0 148, | /2018,        | incl  | lusive pa | ara   | inter  | or  |
| ou d   | desistir        | de :     | recursos  | , rec    | ceber  | cita     | ções,         | int   | imações,  | r     | espond | der |
| admini | strativa        | mente e  | judicia   | almente  | por    | seus a   | tos, <b>f</b> | ormu. | lar ofer  | tas e | a land | ces |
|        | <b>eço</b> enfi |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
| propon | nente.          |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          | ,         | . de     |        |          | de            | 201   | 8.        |       |        |     |
|        | (local e        |          | ,         |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        | `               | ,        |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        | (Assinat        | ura e id | dentific  | acão do  | decl   | arante   | )             |       | •         |       |        |     |
|        | (110011140      | ara c r  | 201101110 | ação ac  | 0001   | aranco   | ,             |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        |                 |          |           |          |        |          |               |       |           |       |        |     |
|        | (Pre            | ferencia | almente   | em pape  | el tim | nbrado ( | da empi       | resa  | licitant  | e)    |        |     |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO XII MODELO DE FICHA CADASTRAL - PESSOA JURÍDICA

|                  | MODELO DE LICHA CADADIRAL LEBBOA CONIDICA |
|------------------|---|
|                  | DADOS DA LICITANTE                        |
| Razão Social     |   |
| CNPJ n°          |   |
|                  |   |
| Endereço         |   |
|                  |   |
| CEP              |   |
| Telefone         |   |
| E-mail           |   |
| institucional    |   |
|                  |   |
|                  | DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL              |
| Nome             |   |
| Cargo            |   |
| RG n°            |   |
| CPF n°           |   |
| Endereço         |   |
| Residencial      |   |
| Completo         |   |
| CEP              |   |
| Telefone         |   |
| Data de          |   |
| Nascimento       |   |
| E-mail pessoal   |   |
|                  |   |
|                  | DADOS PARA PAGAMENTO                      |
| Banco            |   |
| Agência          |   |
| Conta Corrente   |   |
| Poupança*        |   |
| Variação*        |   |
| * Apenas em caso | de necessidade                            |
| Themas em caso   |   |
|                  | Cidade, de de 2018.                       |
|                  |   |
|                  | Nome                                      |
|                  | Representante Legal                       |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO XII-A MODELO DE FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

|                                     | DADOS DA PESSOA FÍSICA                    |
|-------------------------------------|---|
| Nome                                |   |
| Cargo                               |   |
| RG n°                               |   |
| CPF n°                              |   |
| Endereço<br>Residencial<br>Completo |   |
| CEP                                 |   |
| Telefone                            |   |
| Data de<br>Nascimento               |   |
| E-mail pessoal                      |   |
|                                     |   |
|                                     | DADOS PARA PAGAMENTO                      |
| Banco                               |   |
| Agência                             |   |
| Conta Corrente                      |   |
| Poupança*                           |   |
| Variação*                           |   |
| * Apenas em c                       | caso de necessidade.  Cidade, de de 2018. |
|                                     | Nome                                      |
|                                     | Representante Legal                       |



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO XIII DECRETO N.º 4.701, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

Regulamenta aplicação de sanções

nos contratos administrativos

O Prefeito Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 115 da Lei n.º 8.666/93, que faculta aos Órgãos da Administração a expedição de normas para a realização de seus procedimentos licitatórios;

Considerando que a Lei n.º 8.666/93, ao se referir à multa o faz genericamente;

Considerando a necessidade de estabelecer parâmetros para a aplicação da sanção.

#### DECRETA:

- Art. 1º A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, no âmbito do Município de Vargem Grande do Sul, obedecerá ao disposto neste Decreto.
- Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:
- I multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- $\mbox{\sc II}$  pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- Art. 3° O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no \$ 1°, do artigo 86, da Lei 8.666/93 e artigo 7° da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:
  - I multa de 10% (dez por cento) até o 30° (trigésimo) dia de atraso; e
- II multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45° (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo único. A partir do 46° (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no artigo 4° desta resolução.

Art.4 $^{\circ}$  Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:



- I multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- $\mbox{II}$  multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- Art.5° O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela Administração Municipal, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único. A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no artigo 4° deste Decreto, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no *caput* deste artigo.

- Art. 6° O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.
- Art.  $7^{\circ}$  As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.
- § 1º Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o Município reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.
- $\S$  2° Caso a contratada tenha prestado garantia, e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.
- § 3° Se a Administração Municipal decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPC-FIPE.
- Art. 8º As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
  - Art. 9° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Grande do Sul, 20 de agosto de 2018.

### AMARILDO DUZI MORAES

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, em 20 de agosto de 2018.

## RITA DE CÁSSIA CÔRTES FERRAZ

## PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO, EDIÇÃO N.º 530, DE 25.08.18



# EDITAL DE PREGÃO Nº 094/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018 ANEXO XIV DECRETO N.º 4.700, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

Regulamenta no âmbito do Município de Vargem Grande do Sul, o parágrafo 2°, do artigo 71, da Lei Federal 8.666/93, com a redação determinada pela Lei n° 9.032, de 28.04.95.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 23, da Lei nº 9.711, de 20.11.98, que alterou a redação do artigo 31, da Lei nº 8.212, de 24.07.91;

**Considerando** as normas do Decreto nº 3.048, de 06.05.99, que "Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências", especialmente aquelas previstas em seu artigo 219 e §§;

Considerando o dever imposto por tais normas à Administração; e

Considerando, finalmente, caber à Administração exigir do contratado a comprovação do adimplemento das obrigações previdenciárias relativas ao objeto da avença, de modo a prevenir eventual responsabilidade solidária que, quanto a estas, lhe possa recair;

#### DECRETA:

- Art. 1º Fica regulamentado o artigo 71, \$ 2º da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação determinada pela Lei 9.032/95, nos rigorosos termos que seguem, aplicáveis aos contratos em que este Município figurar como contratante.
- Art. 2º Por força do contido no artigo 31 e \$\$ da Lei nº 9.711/95, c/c o artigo 219, \$ 3º do Decreto 3048/99, a Administração deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação dos serviços ali enumerados, para recolhimento, no prazo legal e regulamentar, em nome da Empresa contratada.
- Art. 3º Não se emitirá atestado de realização dos serviços sem prévia verificação, pelo Gestor do Contrato, do efetivo cumprimento das regras deste Decreto.

Parágrafo único. O atestado a que se refere o caput será assinado pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

- Art. 4° A contratada deverá apresentar para o Gestor/Fiscal do Contrato:
- I cópia autenticada da carteira de trabalho, devidamente registrada,
   dos empregados que prestam serviços vinculados ao contrato;
- II inscrição dos empregados e respectivos recolhimentos mensais previdenciários;
  - III comprovante dos recolhimentos regulares do FGTS;



- IV Comprovantes de:
- a) EPI's Equipamento de proteção individual;
- b) Saúde Ocupacional;
- c) Seguro de Vida;
- d) Uniforme de Empresa.
- Art. 5º No caso de contratação envolvendo execução de obras:
- I- Incumbe à Contratada, juntamente com o Gestor/Fiscal do Contrato, providenciar:
- a) inscrição da obra no posto do INSS e informação sobre o valor para obtenção da CND Certidão Negativa de Débitos da obra contratada;
  - b) Cadastro da obra e Alvará de Construção junto à Municipalidade;
  - c) Custo previsto do ISS Imposto sobre Serviço.
- II- a Contratada providenciará, durante a execução contratual, comprovantes de:
- a) Recolhimento de caução, ou, no caso de aditamento, sua complementação, quando exigida a garantia;
- b) Recolhimentos de seguros de Riscos de Engenharia, de Vida e outros previstos contratualmente;
- c) Recolhimento da ART Anotação de Responsabilidade Técnica (para projetos, obras, etc.);
  - d) Recolhimento mensal do ISS para fins de "Habite-se".

Parágrafo único. Somente se emitirá Termo de Recebimento Definitivo da obra mediante obtenção e apresentação, pela Contratada, da CND e do Habitese

- Art. 6° Os instrumentos convocatórios deverão, doravante, obrigatoriamente, fazer menção a este Decreto para que dele tenham ciência os interessados em contratar com o Município de Vargem Grande do Sul.
  - Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Grande do Sul, 20 de agosto de 2018.

### AMARILDO DUZI MORAES

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, em 20 de agosto de 2018.

### RITA DE CÁSSIA CÔRTES FERRAZ

## PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO, EDIÇÃO N.º 530, DE 25.08.18



## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

# PREGÃO (PRESENCIAL) n.º 094/2018 PROCESSO ADM. nº 148/2018

| Denominação:  |             | -     |
|---|-------------|-------|
| CNPJ n°:  |             | -     |
| Endereço:   |             | -     |
| e-mail:   |             | -     |
| Cidade:   | Estado:     | _     |
| Telefone:   | Fax:        | -     |
| Obtivemos, através do acesso à página do instrumento convocatório da licitaçã |             | cópia |
| Local:,   | de de 2018. |       |
| Nome:   | _           |       |
| Assinatu  | ra          |       |
| ASSINGUI  | ±a          |       |

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de Compras e Licitações - Comissão Permanente de Licitações, preferencialmente pelo e-mail licitacao@vgsul.sp.gov.br, ou alternativamente por meio do fone/fax: (19) 3641-9035.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Caso o edital tenha sido obtido através do site: www.licitacao.vgsul.sp.gov.br não há necessidade de preenchimento deste recibo.